

RICHARD GRAHAM

Alimentar a cidade

*Das vendedoras de rua à reforma liberal
(Salvador, 1780-1860)*

Tradução

Berilo Vargas



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2010 by The University of Texas Press
Publicado originalmente em 2010. Todos os direitos reservados

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Título original

Feeding the City: From Street Market to Liberal Reform in Salvador, Brazil, 1780-1860

Capa

Victor Burton

Imagem de capa

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil

Preparação

Silvia Massimini Felix

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Carmen T. S. Costa

Isabel Jorge Cury

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Graham, Richard

Alimentar a cidade : das vendedoras de rua à reforma liberal
(Salvador, 1780-1860) / Richard Graham ; tradução Berilo Vargas.
— 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2013.

Título original : Feeding the City : From Street Market to Liberal
Reform in Salvador, Brazil, 1780-1860.

ISBN 978-85-359-2356-8

1. Abastecimento de alimentos — Política governamental — Salvador (BA) 2. Produtos agrícolas — Salvador (BA) — História 3. Salvador (BA) — Condições sociais 4. Salvador (BA) — Política e governo I. Título.

13-10609

CDD-381.41098142

Índice para catálogo sistemático:

1. Comércio interno : Salvador : Bahia : Brasil :
História 381.41098142

[2013]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

<i>Lista de tabelas</i>	9
<i>Lista de mapas e ilustrações</i>	11
<i>Nota sobre moedas, medidas, grafia de palavras</i>	13
<i>Prefácio</i>	15
<i>Introdução</i>	19
 1. A cidade numa baía	 29
 PARTE I — O PEQUENO COMÉRCIO DE GÊNEROS	 61
2. A rua e a venda	63
3. Ligações	91
4. “Gente do mar”	120
5. O celeiro público	147
6. Da feira do gado ao açougue	169
7. Tensão	189
 PARTE II — NOVAS REGRAS: REFORMA E RESISTÊNCIA	 209
8. “O verdadeiro inimigo é a fome”	211

9. Tremores	239
10. Carne, mandioca e Adam Smith	263
11. “O povo não vive de teorias”	291
12. Considerações finais.....	315

<i>Apêndice A: Poder aquisitivo no decorrer do tempo em Salvador.....</i>	<i>321</i>
---	------------

<i>Apêndice B: Volume de gêneros alimentícios negociados no celeiro público, 1785-1849 (em alqueires)</i>	<i>328</i>
---	------------

<i>Notas</i>	<i>333</i>
--------------------	------------

<i>Fontes</i>	<i>410</i>
---------------------	------------

<i>Créditos de mapas e ilustrações.....</i>	<i>437</i>
---	------------

<i>Índice remissivo.....</i>	<i>439</i>
------------------------------	------------

1. A cidade numa baía

Na costa leste do Brasil, e voltada para o oeste numa magnífica baía, localiza-se a cidade de Salvador ou, para dar o nome completo, São Salvador da Bahia de Todos os Santos. O nome evoca eloquentemente a baía como característica mais definidora. Suas águas cintilantes podiam ser vistas a oeste de quase qualquer ponto de observação da cidade, e em 1780 seus moradores recebiam a maior parte dos alimentos, à exceção da carne, por barco. Essa enorme baía penetra 44 quilômetros terra adentro. Mede 35 quilômetros no ponto mais largo, e cerca de onze quilômetros na barra (ver mapa 1.1). Um viajante em 1809 se disse maravilhado, porque nela “as frotas combinadas do universo poderiam se reunir sem confusão”. Como a cidade fica numa península que avança para o sul, separando a baía do Atlântico, seu porto é protegido contra tempestades oceânicas, e seus moradores desfrutaram de brisas marinhas quase constantes, que mantêm a temperatura relativamente moderada, apesar de estarem apenas treze graus ao sul do equador. Charles Darwin escreveu que “não se pode imaginar nada mais belo do que a velha cidade da Bahia; acomoda-se numa mata exuberante de belas árvores, situada numa escarpa

íngreme, [que] domina as águas calmas da grande baía de Todos-os-Santos”.¹ A topografia da cidade e seus prédios, sua composição social e sua cultura compunham o cenário para a vida das pessoas sobre as quais escrevo neste livro, e para os negócios que elas realizavam no comércio local de alimentos.

A CIDADE

Nada chama mais a atenção imediata do visitante que chega do que a áspera subida que separa a “cidade baixa” da “alta”. Er-

guendo-se de sessenta a noventa metros de altura, e cortada por numerosas fendas, ela ainda impressiona qualquer um que olhe do mar.

Nos anos 1840, um visitante americano admirou-se das duas “longas e curvas linhas [horizontais] de edificios caiados [...] separados por um largo e rico cinturão verde, também com algumas casas, aqui e acolá pontilhado de casas”. Um espaço estreitíssimo separa a praia da base da escarpa, não mais de dois ou três quarteirões de largura, em muitos lugares nem isso, apesar de estender-se por muitos quarteirões ao longo da praia, densamente povoados.² O platô atrás do alto penhasco é mais largo, porém dá lugar a uma malha de leitos de cursos d’água e pântanos (depois canalizados e drenados), dos quais emergem outros trechos de terreno elevado, onde a cidade alta aos poucos se espalhou através de uma nesga de terra mais alta. Nesse extremo leste da cidade, nas palavras de um visitante francês, fica um “belo” lago comprido chamado Dique, com águas frias e límpidas, cercado de palmeiras. A terra além dele, apesar de muitos morros e colinas, declina gradualmente para o oceano (ver mapas 1.2 e 1.3).³

O penhasco que separa fisicamente as duas partes da cidade servia para dividi-la socialmente, numa organização do espaço urbano que lembra outras cidades portuguesas mundo afora. Descrevendo a cidade baixa com apenas um toque de exagero, um contemporâneo observou que “todos os comerciantes com as suas casas, fazendas e escritórios, como também [...] todos os lojistas habitam [na mesma praia] [...] onde têm as suas lojas”. Canoas e barcos eram puxados para a praia a fim de descarregar alimentos trazidos através da baía. Um intenso comércio de escravos africanos transformava a cidade baixa num grande mercado de escravos. Armazéns do cais com molhes serviam para a exportação de açúcar, tabaco, café, algodão e couros, e para o manejo de grandes fardos e barris de mercadorias que chegavam

da Europa e até da Índia, com tecidos, ferramentas, especiarias, vinho, azeite de oliva e bacalhau salgado. Fregueses encontravam fornecedores de suprimentos tanto para navios como para engenhos de açúcar, além de lojas de ferragens, relojoeiros, armari-nhos, lojas de brinquedos e escritórios de seguradoras — tudo na cidade baixa. Era um lugar de azáfama e falatório.⁴

A parte central da cidade alta abrigava a residência e os es- critórios do governador, a Relação (Tribunal Superior), a câma- ra de vereadores e a cadeia, a catedral e o arcebispado, as princi- pais instituições monásticas e as requintadas casas dos ricos. Embora a cidade alta também tivesse suas vielas, muitas ruas eram largas e certamente menos movimentadas do que as da cidade baixa, com várias praças. Em 1818, foi construído um jardim público com vista da baía, um lugar para senhoras e se- nhores passearem ao entardecer. Nos tempos coloniais, as pes- soas mais importantes — aquelas cujas decisões afetavam todos os participantes do comércio de alimentos — viviam relativa- mente perto das sedes das instituições políticas e religiosas, nu- ma área delimitada pelo convento do Carmo ao norte, pelo São Bento ao sul, e pelo São Francisco a leste, com a Santa Casa de Misericórdia — a mais prestigiosa organização laica da cidade — no centro. A maioria dos grandes senhores de engenho tinha casa nessa parte da cidade, o que tanto lhes permitia realizar negócios urgentes como ir a festividades e comemorações polí- ticas.⁵ Pelo primeiro quarto do século XIX, a cidade alta já não era tão exclusiva, abrigando alguns cafés, farmácias, pousadas e lojas de varejo. Em 1839, incluía o Universo Hotel, perto do mosteiro beneditino, com um salão de bilhar em cima de um boteco. O declínio começa.⁶

A cidade acabou crescendo para além desses primeiros limi- tes. Depois de 1808, com a chegada ao Brasil da Corte portuguesa que fugia das tropas de Napoleão e a abertura dos portos da anti-

Figura 1.2. A cidade baixa vista de cima, 1860.

ga colônia a navios dos países amigos, comerciantes estrangeiros, especialmente britânicos, se mudaram para lá. Evitavam a cidade baixa, preferindo viver na mais atraente e salutar cidade alta, e se estabeleceram na área ao sul do centro, sobretudo na seção da cidade que ficava no caminho que levava à igreja de Nossa Senhora da Vitória (ver mapa 1.2) Os comerciantes portugueses mais bem-sucedidos já tinham dado o exemplo, e Vitória tornou-se bairro exclusivo. Um viajante americano, expressando seus preconceitos, comentou que “no morro de Vitória encontram-se os melhores jardins que a Bahia tem condições de oferecer, os passeios mais encantadores, e a sombra mais ampla. Ali também estão as melhores casas, o melhor ar, a melhor água e a melhor sociedade”.⁷

Os menos abastados moradores de classe média viviam ao norte da área central, até os limites da igreja de Santo Antônio além do Carmo. O bairro incluía mercearias, alfaiatarias, residên-

cias de funcionários públicos e de profissionais, e casas que agricultores locais mantinham na cidade. Outro bairro de classe média acabou surgindo além de um vale a leste, em torno da igreja de Santa Ana, do convento do Desterro e da área de exercícios militares de Campo da Pólvora, em direção à paróquia de Nazaré. Mais a leste ficava uma seção semirrural, pontilhada de pomares e de pequenas fazendas, onde vivia um número crescente de pessoas que trabalhavam na cidade, servidas por alguma mercearia. Dali descia para sudeste uma estrada que levava a uma aldeia de pescadores, Rio Vermelho, famosa como reduto de escravos fugidos e de delinquentes pobres.⁸

A POPULAÇÃO

É impossível determinar exatamente quantas pessoas viviam em Salvador do fim do século XVIII a meados do século XIX. Como informou um funcionário da Coroa, com algum desagrado, em 1797, “não se sabe ao certo por que a câmara não tem listas dos moradores”. Mas vários recenseamentos tentaram contá-los, e de modo geral podemos traçar o crescimento da população da cidade, dos 39 209 informados em 1780 [1779], aos 51 112 em 1807 e 112 641 em 1872.⁹ Para inserir esses números dentro de um contexto, é importante notar que a Cidade do México, com 180 mil habitantes, e Havana, com 85 mil, ultrapassaram consistentemente Salvador. Rio de Janeiro, Buenos Aires e Santiago ultrapassaram-na durante o período coberto aqui, mas todas as outras cidades da América Latina, incluindo Lima, permaneceram menores. Para comparar com as cidades portuárias dos Estados Unidos, basta dizer que a maior delas era Nova York, com pouco mais de 33 mil habitantes em 1790.¹⁰

Tabela 1.1. Origem, status jurídico e “cor” da população de Salvador em 1835

ORIGEM E STATUS JURÍDICO	N ^o	%	% ESCRAVOS	% LIVRES	% MULATOS E NEGROS	% BRANCOS
Africanos						
Escravos	17 325	26,5	26,5		26,5	
Forros	4615	7,1		7,1	7,1	
Brasileiros e europeus						
Escravos	10 175	15,5	15,5		15,5	
Mulatos livres e forros	14 885	22,7		22,7	22,7	
Brancos livres	18 500	28,2		28,2		28,2
Total	65 000	100,0	42,0	58,0	71,8	28,2

FONTE: João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos malês em 1835*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 24.

NOTA: Os números e porcentagens são estimados.

Os contemporâneos classificavam os soteropolitanos pela cor (negros, mulatos e brancos), pela condição jurídica (escravos ou livres) e pelo lugar de nascimento (África, Portugal, Brasil). Cada uma dessas categorias estava representada entre os que participavam do comércio de alimentos. O historiador João José Reis calculou por alto a distribuição da população da cidade em 1835 por origem geográfica, condição jurídica e “cor”, como mostra a tabela 1.1. Um presidente de província não estava muito errado quando informou, alarmado, naquele ano, que “indubitavelmente a classe dos negros superabunda imensamente a dos brancos”. Um alemão disse em momento posterior que “tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro”.¹¹ Deve-se lembrar, porém, que nem todos os brancos eram bem de vida, e que muitos engrossavam as fileiras dos pobres.

Com dois quintos da população formados por escravos, não é de surpreender que os contemporâneos os vissem por toda parte, e que os escravos figurassem com destaque no comércio de alimentos. Salvador tinha sido um grande mercado para escravos importados por muitos anos, especialmente a partir de 1580, mais ou menos, quando o interior fornecia a maior parte do açúcar mundial. Mesmo com a acirrada concorrência do Caribe, no fim do século XVII, as exportações de açúcar da Bahia, embora não aumentassem, continuaram robustas, e com elas a demanda dos plantadores por mais escravos da África. Depois da Revolução Haitiana de 1791, a economia açucareira do Brasil de súbito voltou a prosperar, e ávidos negociantes de escravos fizeram trocas de cachaça e tabaco brasileiros por mais escravos africanos.¹² Ainda que em 1831 o Brasil oficialmente tenha cedido a pressões internacionais, banindo o comércio escravista, escravos africanos continuaram a ser importados para a Bahia em grandes quantidades, com a única diferença de que não eram mais desembarcados nas docas da cidade. A proibição de importar escravos foi apenas esporádica e inadequadamente fiscalizada até 1850, quando se tornou efetiva. As estimativas do número de escravos importados de 1786 a 1850 (ver tabela 1.2) devem ser interpretadas mais como sugestões do que como cifras exatas.¹³ Além de ser o entreposto para escravos destinados ao trabalho nas roças e fazendas do interior, ou baldeados para outras capitanias, Salvador era o destino final para muitos. Num estudo de centenas de inventários urbanos datados de 1811 a 1860, uma historiadora descobre que os nascidos na África representam 62% dos escravos da cidade.¹⁴

Apesar de me referir a esses escravos como “africanos”, eles certamente não se consideravam um grupo único, e os compradores reconheciam amplas diferenças étnicas entre eles. Antes dos anos 1780, milhares tinham vindo de áreas do interior de Angola e do Congo onde se falava o banto, como voltaria a acontecer

Tabela 1.2. Número estimado de escravos importados para a Bahia, 1786-1850

DATAS	TOTAL DE IMPORTAÇÕES	MÉDIA ANUAL
1786-1790	20 300	4060
1791-1795	34 300	6860
1796-1800	36 200	7240
1801-1805	36 300	7260
1806-1810	39 100	7720
1811-1815	36 400	7280
1816-1820	34 300	6860
1821-1825	23 700	4740
1826-1830	47 900	9580
1831-1835	16 700	3340
1836-1840	15 800	3160
1841-1845	21 100	4220
1846-1850	45 000	9000
Total	407 100	6263

FONTE: David Eltis, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. Nova York: Oxford, 1987, pp. 243-5. Esses totais são baseados no trabalho publicado por David Eltis et al. (Orgs.), *The Transatlantic Slave Trade: A Database on CD-ROM*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Revisões subsequentes podem aumentar os números desta tabela; ver David Eltis, “The Volume and Structure of the Transatlantic Slave Trade: A Reassessment”, *William and Mary Quarterly*, Williamsburg, série 2, v. 58, n. 1, tabela 3, jan. 2001.

depois de 1820. No intervalo, porém, a maioria vinha das terras em torno do golfo de Benim. Às vezes eram chamados de “negros-mina” porque tinham sido comprados na área perto do forte de Elmina, na costa da Guiné, ou, com a mesma imprecisão, “negros da Guiné”. Os falantes do iorubá eram geralmente chamados nagô, e os que falavam gbe/ewê/fon eram chamados de jeje. Esses dois grupos formavam mais da metade dos escravos importados nas últimas décadas do século XVIII e no começo do século XIX, embora entre os outros houvesse um número significativo de

hauçá, chamados de ussá. Salvador, nessa época, recebeu uma proporção bem maior de escravos africanos de uma única região do que qualquer outra cidade escravista do mundo atlântico fora do Brasil.¹⁵ E, como escravos urbanos, eles com frequência se cruzavam com outros da mesma área, diferentemente dos escravos das espalhadas plantations. Sendo todos escravos numa terra estrangeira, prontamente ampliavam os limites de sua identidade, tornando-a mais inclusiva e fazendo aliados onde antes só conheciam inimigos.¹⁶ A língua formava um vínculo distinto, e alguns não africanos na Bahia comentavam que os escravos conversavam uns com os outros sem recorrer ao português.¹⁷ Com o passar do tempo, num lugar onde eram constantemente arrolados como “africanos”, alguns talvez tenham até começado a se julgar assim, ou se juntado aos que tinham nascido no Brasil para adotar uma identidade racial e, mais tarde ainda, de classe.

Ser dono de escravos era extremamente comum. Até mesmo antigos escravos, em especial as mulheres, tinham seus escravos, para não falar nos escravos pertencentes a muitas pessoas de condição modesta, que complementavam suas parcas rendas alugando-os, ou permitindo-lhes procurar trabalho por conta própria.¹⁸ Parece que quase nenhuma família branca era capaz de sobreviver sem escravos, não apenas pelo trabalho que executavam, mas também pela prova de posição social que representavam. Era sinal de “mendicidade extrema”, disse um advogado brasileiro, não ter um escravo, e as pessoas se submetiam “a todos os incômodos”, menos esse. Um cobrador de impostos pôs em dúvida a exatidão de um inventário post mortem, dizendo: “Faz-se notável que o inventariado não possuísse um só escravo e parece indispensável que dê o inventariante explicações a tal respeito”.¹⁹

A cidade também incluía um grande número de ex-escravos, muitos dos quais nascidos na África, assim como negros nascidos livres. Mais da metade dos africanos forros eram mulheres (como

era composta de mulheres a maioria dos que concediam liberdade), e a grande maioria delas tinha idade de ser mãe. Os filhos nasciam livres.²⁰ Como o costume de libertar escravos era antigo, ao longo de dois séculos e meio milhares e milhares de não brancos nasceram livres. Já em 1755 pessoas de cor nascidas livres ou forras representavam quase 24% da população de Salvador, o que torna mais verossímil a estimativa da tabela 1.1 de que, em 1835, elas representavam quase 30%.²¹

O TRABALHO

A cidade dependia do trabalho de escravos, de homens forros e mulheres forras (tanto brasileiros como africanos), e dos livres mas pobres descendentes de africanos. Eles eram essenciais para que o restante da população vivesse como achava que devia viver. Iam buscar água nas catorze fontes públicas, especialmente nas duas com a melhor água, situadas nos extremos norte e sul da cidade.²² Limpavam casas e prédios públicos, lavavam roupas e recolhiam lixo e excremento. Preparavam a comida e distribuíam provisões, fazendo entregas de farinha de mandioca e de carnes em domicílio e vendendo frutas e hortaliças frescas de porta em porta.

Devido à topografia, a cidade recorria aos negros para transportar praticamente tudo. Um quinto das ruas de Salvador era formado pelas denominadas ladeiras, indicando a verticalidade de qualquer locomoção dentro da cidade. Levar coisas entre as cidades baixa e alta representava um desafio. A “rocha escarpada se levanta quase ao perpendicular [...], cheia de precipícios inacessíveis, que fazem impraticável a subida, a não se fazer volta por ladeiras”, e, portanto, as ruas da parte baixa para a parte alta da cidade “zigzagueiam ao longo de ravinas” ou “se inclinam num penhasco quase perpendicular”. Eram todas íngremes demais, es-

treitas demais e sinuosas demais para veículos sobre rodas e apresentavam dificuldades até para cavalos e mulas, especialmente porque a chuva, mesmo a mais passageira, podia produzir “torrentes” que cavavam profundas trincheiras.²³

Escravos e negros forros, estes na maioria africanos, faziam frete, viabilizando a vida comercial da cidade. Como disse um residente, “eram eles que moviam tudo: caixas, fardos, pipas, barricas, móveis, materiais de construção”. Poderia também ter mencionado alimentos. Usando correntes ou cordas, prendiam pesados barris, baús ou caixas numa vara longa e grossa e, com alguns na frente e outros atrás, punham a vara nos ombros e lá se iam, salmodiando, pelas ruas. Alguns tinham “nos ombros grandes inchaços calosos [...] produzidos pela pressão dos varais”.²⁴ Um francês informou que grupos desses homens, geralmente da mesma região da África, trabalhavam juntos, “formando uma espécie de sociedade”; eles “se reuniam nas esquinas de algumas ruas, aguardando o momento de ser fretados”, apropriando-se desse pedacinho de espaço público. Esses grupos escolhiam capatazes para tratar com os fregueses e convocá-los para serviços particulares. Determinavam as tarefas e a maneira de executá-las, e, estabelecendo regras próprias, evitavam qualquer tipo de disciplina imposta por outros.²⁵ E eram os negros, ou pelo menos os das camadas inferiores da sociedade, que se encarregavam do transporte. Pessoas de condição mais alta se recusavam até mesmo a carregar pequenos pacotes pelas ruas.²⁶

ATRAVESSANDO FRONTEIRAS

A variedade e a complexidade das relações sociais na Salvador do fim do século XVIII e começo do século XIX são notáveis. À primeira vista, parece ter sido uma sociedade estamental típica com castas, corporações e irmandades umas acima das outras ou

arranjadas lado a lado em múltiplas hierarquias. E, com efeito, a maioria das pessoas parece ter aceitado que alguns, só pelas circunstâncias de seu nascimento, mereciam o elevado status de que desfrutavam, e que as relações hierárquicas são naturais e mesmo imutáveis. Não prezavam muita mobilidade vertical nem falavam de igualdade como um bem positivo. Apesar disso, as finíssimas camadas dessa sociedade permitiam que algumas pessoas se movessem para cima e para baixo, sem contestar a legitimidade geral da estrutura. Imagine-se um indivíduo como se fosse água que fluísse pelas fendas nos estratos de rocha calcária, sem provocar erosões visíveis em sua solidez, apenas criando, sutil e gradualmente, novas camadas ou refazendo as velhas. Escravos ganhavam a liberdade sem pôr em risco a instituição da escravidão. Incontáveis pessoas de ascendência africana ocupavam posições bem acima das de escravos ou mesmo de brancos pobres, mas, mesmo assim, os soteropolitanos continuavam atentos às variações de cor da pele para situar pessoas dentro de um continuum de status. Para alguns, a riqueza recém-adquirida levava a honrarias, títulos ou cargos públicos, apesar das origens modestas. Fosse como fosse, a ordem piramidal da sociedade não poderia ser rigorosamente respeitada por todos os indivíduos até a base, quanto mais não fosse por serem muito numerosos. Embora o princípio hierárquico às vezes penetrasse nos degraus inferiores, e o fizesse de maneira brutal, sem nenhuma leniência, na maior parte do tempo ele ganhava visibilidade nos níveis mais altos. No comércio de alimentos, que é meu assunto aqui, as transações diárias entre centenas de participantes impossibilitavam totalmente a imposição de disciplina e de um rígido tratamento diferencial. A flexibilidade da estrutura social era o segredo de sua longevidade.

A prática de permitir, e mesmo incentivar, que escravos procurassem trabalho remunerado demonstra a adaptabilidade

do sistema e a porosidade dos limites que separavam os livres dos escravizados. Esses escravos, conhecidos como *ao ganho* (ou *ganhadores*), iam atrás de fregueses por conta própria e fixavam seus preços, e geralmente até viviam com independência. Entregavam certa quantia em dinheiro para seus senhores em intervalos regulares, e ficavam com o que sobrava, prática essa que era muito mais comum no Brasil do que em qualquer outra parte do mundo atlântico.²⁷ Esse tipo de arranjo resultava de duas considerações práticas. Relativamente poucos imigrantes livres chegavam a Salvador, em comparação com outras cidades do mundo atlântico, e a supervisão e administração constante de escravos num ambiente urbano em geral não rendiam lucros. Aliás, senhores de escravos em qualquer cidade se inclinariam mais a usar de persuasão e de incentivos, porque grande parte do trabalho necessário exigia habilidade e iniciativa, mais do que esforço físico. Nesse ambiente, o excesso de supervisão ou de violência para impor disciplina podia ser contraproducente.²⁸

Mas mesmo quando eles compravam sua liberdade, o negócio era unilateral. A manumissão era uma concessão feita pelos senhores aos obedientes e aos leais, de quem se esperava gratidão. Apesar disso, quando o senhor morria e o juiz dividia a propriedade entre os herdeiros, considerava-se que os escravos tinham o direito, embora nenhuma lei o exigisse, de adquirir sua liberdade, desde que pagassem uma quantia simbólica, além de seu valor estimado.²⁹ A linha entre escravidão e liberdade era difusa e permeável.

Apesar de ser grande a probabilidade de que os negros, quer nascidos livres, quer forros, continuassem pobres, nem todos acabaram sem recursos financeiros. Alguns ex-escravos, nascidos na África e envolvidos no comércio de alimentos, adquiriram propriedades substanciais e se tornaram relativamente prósperos. Muitas vezes compravam escravos para si, talvez para ostentar seu novo status. O africano Ignácio José da Silva comprou a própria

liberdade e se tornou padeiro. Pelo testamento por ele preparado em 1813, libertou oito escravos adultos e dois filhos deles, mas ao morrer, quatro anos depois, já tinha comprado outros. Entre seus escravos contavam-se dois padeiros, um aprendiz de padeiro, uma mulher que estava “no serviço de vender pão” e outra que amassava pão. As outras propriedades incluíam sua casa de um andar, com pátio murado e ladrilhado, e um forno para assar pão.³⁰

A cor da pele continuou a ser um importante elemento classificatório mesmo para os nascidos livres, mas não um elemento essencial e determinante. A relativa aceitação de mulatos no Brasil, em comparação com outras áreas das Américas, provocou muitos comentários dos viajantes. “São recebidos na sociedade e frequentemente tornam-se funcionários muito competentes, seja na administração, seja na magistratura.” Alguns eram ordenados padres ou comissionados como oficiais da milícia.³¹ Usando recenseamentos manuscritos e outros dados de várias paróquias, a historiadora Anna Amélia Vieira Nascimento calculou que em 1855 mulatos livres representavam mais de um quarto da população da cidade; incluindo os mulatos escravos e ex-escravos, a proporção chega a 29%.³²

Não obstante, o que caracterizava Salvador não era a harmonia racial. Escravos, libertos e negros livres tinham todas as razões do mundo para estar insatisfeitos com seu quinhão e pressionar os de cima, enquanto estes poderiam sem dúvida se sentir ameaçados pelos de baixo. Alguns brancos achavam que todos os negros, fossem escravos, fossem livres, representavam um perigo para a sociedade. Um grupo de comerciantes de Salvador, provavelmente portugueses, informou, alarmado, em 1814: “veem-se ajuntamentos de negros de noite pelas ruas [...] conversam nos seus idiomas o que querem”. Esse medo tinha fundamento? Em 1789, as autoridades vincularam o aparecimento de folhetos apregoando uma revolução republicana e a abolição da escrava-

tura a um pequeno grupo de soldados, sargentos e artesãos mulatos, além de alguns escravos.³³ Conspirações, revoltas e boatos sobre revoltas de negros, ainda que infundados, apimentaram as primeiras décadas do século XIX.³⁴

O medo dos brancos aumentou consideravelmente depois da Revolta dos Malês, em janeiro de 1835, da qual participaram africanos, na maioria forros, liderada por pregadores muçulmanos e planejada para coincidir com um importante festival católico, quando outros não estariam prestando atenção. A polícia reprimiu-a em questão de horas, talvez porque, tendo sido descoberto, o levante começou um dia antes do previsto, mas o interrogatório de presos revelou uma insuspeitada coesão entre africanos, e a existência de amplas redes de comunicação até na zona rural. Centenas de negros estavam envolvidos, e as autoridades julgaram mais de quinhentos, executando alguns e condenando outros a trabalho duro. Fora do Haiti, foi a maior rebelião negra das Américas. Não é de admirar que os brancos tenham ficado nervosos durante anos. Como bem disse um cônsul britânico em 1847, “a população branca é mantida em perpétuo estado de alerta pelo medo de um levante dos escravos”.³⁵

Nessa cultura de status e favores, havia muita margem para negociação. O fato de aceitar a noção de uma pirâmide social como coisa justa e normal não significava que uma pessoa estivesse contente com sua própria posição dentro dela, ou que não questionasse as pretensões de superioridade de outro. Os de baixo aproveitavam qualquer oportunidade para ampliar sua órbita de autodeterminação, assim como os de cima estavam sempre tentando aumentar seus poderes. Vivia-se num constante processo de transação, mesmo entre pessoas desiguais, adotando estratégias variadas para fazer face aos desafios diários às suas posições. O status estava em jogo e tanto podia ser perdido como conquistado. Para protegê-lo, era preciso reafirmá-lo quase todos os dias.

Negros escravos e livres, e pobres em geral, apesar de serem temidos e de sofrerem discriminação e opressão, tinham um surpreendente grau de autonomia. Muitos encontravam motivos de orgulho, respeito próprio e dignidade no trabalho, abrindo perspectivas de autoafirmação. Algumas ocupações exigiam mobilidade geográfica, com pessoas andando de um lado para outro da cidade ou atravessando a baía, livres de supervisão imediata e usufruindo certa independência. Ser um vendedor ambulante, um açougueiro ou um marinheiro requeria habilidades e conhecimento especializado, tino comercial, a faculdade de avaliar aqueles com quem se lidava, a disposição a aceitar algum risco, qualidades que podiam gerar autoconfiança e a capacidade de se recuperar. As restrições existentes numa sociedade hierárquica passavam por cima dos que negociavam com alimentos; embora presentes e aceitas sem indagações, não interferiam na vida diária dos comerciantes nem comprometiam a vitalidade e a energia de seu empreendedorismo.

As mulheres também encontravam maneiras de se afirmar, e isso era verdadeiro sobretudo no caso das que faziam pequenos negócios. Por lei, toda propriedade pertencia conjuntamente ao marido e à mulher, a não ser que houvesse um acordo pré-nupcial específico. Quando o cônjuge morria, o sobrevivente ficava com metade dos bens. Dois terços da propriedade pertencente ao cônjuge falecido (no final, quatro sextos do total) tinham de ser divididos igualmente entre os filhos, de ambos os sexos, e só o que restava podia ser legado a um favorito. Em termos de direitos de propriedade para as mulheres, o Brasil estava adiantado em relação à maior parte da Europa e da América inglesa daquela época.³⁶ As mulheres com frequência agiam de maneira independente. Algumas permaneciam solteiras e, depois de atingir a maioridade, administravam suas propriedades livremente. Muitas eram donas de seus próprios negócios, viviam com independência, tinham fi-

lhos fora do casamento e dirigiam casas com muitas crianças e muitos escravos. As mulheres podiam ter escravos do sexo masculino e contratar homens livres, exercendo substancial autoridade. Algumas tratavam com homens em seus negócios, pechinchando em pé de igualdade, e eram solidamente bem-sucedidas. Apesar disso, os maridos administravam a propriedade da família (só não podiam vendê-la ou hipotecá-la). Os homens monopolizavam as profissões e a maior parte dos negócios. Exerciam comando civil e militar e recebiam mais instrução do que as mulheres. Juizes de varas de família e sucessões costumavam designar homens como tutores de filhos menores que tinham perdido o pai, e isso acontecia mesmo quando o falecido especificava em testamento o desejo de que a mulher ficasse com essa incumbência.³⁷ Assim sendo, os homens obviamente tinham mais vantagens e influências, mas as mulheres nem de longe eram impotentes ou ignoradas.

MUNDOS SAGRADOS

A prática e as funções religiosas — cristãs, muçulmanas e afro-brasileiras — tanto reuniam pessoas de várias posições sociais como fomentavam distintas e conflituosas identidades com efeitos potencialmente perturbadores e desestabilizadores. O grande número de magníficas igrejas da era colonial em Salvador dá testemunho de uma religiosidade cristã difundida de forma ampla. Nos dias de festa, com a luz de centenas de velas em castiçais de prata refletindo nas paredes incrustadas de folha de ouro sobre o madeiramento entalhado e polido e o esplendor barroco de imagens de santos, tudo reforçado por músicas de compositores locais ou importados da Europa, os fiéis de todas as classes ouviam missa cantada.³⁸ A frequência de objetos católicos em inventários de bens revela a cotidianidade da religião na vida de todos: rosá-

rios, crucifixos, cruzes e imagens de santos eram comuns mesmo em casas modestas ao extremo. Praticamente toda casa tinha seu oratório, um altar particular ou um nicho num canto de quarto, ou, na maioria das vezes, um pequeno armário portátil contendo uma imagem de Cristo ou de um santo. Um oratório podia ser também uma capela inteira: em 1792, Inocêncio José da Costa, rico comerciante português, casara “no oratório de minha roça que tenho no Campo do Barril por detrás da Igreja da Piedade”.³⁹

Quase todo mundo, independentemente de classe ou cor, pertencia a uma irmandade. Esses sodalícios, dedicados a honrar determinado santo, faziam obras de caridade, prometiam um funeral apropriado para seus membros e, mais importante, garantiam a celebração de missas por sua alma depois da morte. Joaquina Maria de Santana, pobre vendedora ambulante branca, fez questão de notar que pertencia à muito digna irmandade do Santíssimo Sacramento da igreja de Santa Ana, onde desejava ser sepultada. Um pescador mulato pertencia a oito irmandades. O imensamente rico Inocêncio José da Costa também relacionou sua filiação a várias delas.⁴⁰ Além da preeminente Santa Casa de Misericórdia (cuja torre aparece na parte superior esquerda da figura 1.1), eram especialmente prestigiosas as ordens terceiras [ou laicas] dos franciscanos, dominicanos e carmelitas. Graças às propriedades legadas a essas ordens ao longo do tempo, elas se tornaram muito opulentas, capazes de emprestar dinheiro e alugar imóveis.⁴¹ Desde o século XVI, as irmandades também tinham servido como um meio para que pessoas de cor no Brasil todo — em geral de grupos étnicos africanos, amplamente definidos — formassem solidariedade. Assim como seus equivalentes brancos, membros de irmandades de negros e mulatos veneravam um santo específico e faziam atos de caridade, mas essas organizações também funcionavam como sociedades de ajuda mútua. Várias delas estabeleceram fundos para comprar a liberdade de membros es-

cravizados.⁴² Elas costumavam ter sede numa igreja, com uma capela lateral dedicada ao “seu” santo. Houve um caso, porém, em que uma irmandade de negros levantou fundos suficientes para construir sua própria igreja, Nossa Senhora do Rosário às Portas do Carmo (ver figura 3.1). Ao longo do século XIX, as irmandades pouco a pouco perderam seu lugar como instituições de organização central, pelo menos para escravos forros (ver tabela 1.3). Mas, durante a maior parte do período examinado neste livro, ofereceram a todos uma oportunidade de ampliar conexões pessoais bem além dos limites da família e do bairro.

Se o comportamento dos moradores da cidade nem sempre se conformava aos preceitos do cristianismo, tal como entendido então e agora, isso não diminui o grau de sua crença na veracidade dos ensinamentos cristãos, na existência de um reino espiritual, na certeza de uma vida depois da morte, no poder de intercessão da Virgem Maria e dos santos e no poder supremo de Deus sobre o destino dos homens. Isso situava Deus no ponto mais alto de um elaborado edifício, com autoridade distribuindo-se de cima para baixo, dele para o rei e o súdito, do arcebispo para o padre e o fiel, do marido para a mulher e o filho, e do chefe da casa para o escravo.

Mas nem todos os moradores da cidade eram cristãos. Mais da metade dos escravos importados para Salvador provinha da África Ocidental, trazidos do interior por captores africanos. Fosse iorubá, gbe/ewé/fon ou hauçá, o fato é que uma significativa proporção deles era muçulmana — os clérigos, entre eles, mais alfabetizados em árabe do que muitos senhores brasileiros em português. Um missionário inglês em Salvador observou que, quando foi transportado da praia de volta para seu navio em novembro de 1805, “era início da hégira e nossos remadores maometanos, vestidos de branco, cantaram hinos durante todo o per-

Tabela 1.3. Número de filiados a irmandades entre os escravos forros por período e gênero revelado em 482 testamentos

PERÍODO	GÊNERO	FILIADOS	NÃO FILIADOS	TOTAL
1790-1830	Masculino	58	16	74
	Feminino	66	15	81
	Total	124	31	155
	%	80	20	100
1830-1850	Masculino	19	19	38
	Feminino	38	28	66
	Total	57	47	104
	%	55	45	100
1850-1890	Masculino	5	123	128
	Feminino	15	80	95
	Total	20	203	223
	%	9	91	100

FONTE: Baseada em Maria Inês Côrtes de Oliveira, *O liberto: O seu mundo e os outros* (Salvador, 1790-1890). São Paulo e Brasília: Corrupio e CNPq, 1988, p. 84. (Baianada, n. 7.)

curso, em honra de Maomé”. Os depoimentos apresentados no julgamento dos participantes da rebelião africana de janeiro de 1835 revelaram o alto respeito com que pregadores e líderes religiosos eram tratados dentro dessa comunidade, homens nascidos na África que exerciam grande autoridade sobre os companheiros de religião.⁴³ E pode-se afirmar com segurança que esses muçulmanos se viam, e eram vistos pelos demais, como diferentes e separados, com suas próprias regras dietéticas, suas próprias orações, sua própria teologia. Com o fim do comércio de escravos em 1850, novos líderes muçulmanos pararam de chegar regularmente, e sua influência se extinguiu.

Religiões politeístas, derivadas sobretudo da África, mostravam uma convivência mais fácil com o cristianismo do que o monoteísta islã. A devoção a espíritos e forças espirituais — entre os quais os de ancestrais reais ou imaginários, ou outros associados com fenômenos naturais, como o Sol, a Lua, as árvores, os rochedos, os raios e os trovões — caracterizava os povos indígenas e africanos, e influenciava muita gente em Salvador, incluindo brancos. As cerimônias comunais combinavam tradições tiradas de mais de uma etnia africana. Pontuadas por tambores, cantos de chamada e resposta, danças rituais conhecidas como *candomblés* culminavam em transe, quando um espírito “baixava” e possuía o participante, transportando-o para outro nível de ser. A experiência podia resolver conflitos e restaurar o equilíbrio interpessoal, diminuir a ansiedade, levar a uma perfeita sensação de paz interior, reduzir o estresse ou aliviar o medo da morte. Essas cerimônias eram dirigidas por sacerdotes ou, mais comumente, por sacerdotisas que comandavam o serviço com autoridade e grande conhecimento do reino espiritual. As contas em volta do pescoço, as roupas usadas, até os penteados indicavam autoridade, poder e acesso direto ao mundo do espírito. Os líderes tinham seus auxiliares: percussionistas, sempre do sexo masculino, e “filhas” e “filhos”, que juntavam ervas, sacrificavam animais e realizavam cerimônias rituais para atrair a santidade.⁴⁴

Independentemente de suas crenças particulares, a religião entranhava-se em todos os aspectos da vida diária de todo mundo, inclusive dos vendedores ambulantes e donos de vendas, açougueiros e padeiros. Como ocorria na maior parte do mundo então, só um pequeno espaço conceitual separava o secular do sagrado. A ciência ainda não tinha causado grande impacto na visão de mundo da maioria das pessoas, instruídas ou não, e o catolicismo popular, o islamismo popular e o politeísmo de origem africana compartilhavam a crença de que seus seguidores

podiam controlar fenômenos naturais apelando para a intervenção divina. Mesmo os que se referiam a certas práticas como “magia” aceitavam a potencial eficácia do oculto, atribuindo sua força à obra do diabo e temendo, imensamente, o poder de seus agentes.⁴⁵ Por proteção, quase todo mundo carregava um amuleto ou talismã. Os católicos, homens e mulheres, usavam bentinhos, descritos por um viajante britânico como “orações impressas bem dobradas e costuradas numa pequena almofada enfeitada por fora com uma imagem da Virgem ou de um santo, ou bordada com emblemas; são usados em dupla, um pendurado nas costas e o outro no peito”. Outros escapulários, feitos de ouro e com a imagem de um santo, também eram comuns entre as vendedoras ambulantes.⁴⁶ As muçulmanas copiavam textos curtos do Alcorão, às vezes truncados, e enfiavam esses pedaços de papel dobrados dentro de pequenos tubos de barro ou madeira para pendurar num colar. As politeístas usavam miniaturas simbólicas de suas divindades, de prata e presas por um grande alfinete (um balangandã) no cinto da saia, ou de madeira, prata ou ouro e usada como colar. As negras, especialmente, levavam pequenas bolsas penduradas no pescoço, cheias de poções em pó, ervas e parafernália católica — orações, lascas de pedra de ara, hóstias consagradas — para espantar o mal ou garantir a realização de um desejo.⁴⁷ Com esses meios, para tomar emprestada uma frase com que o historiador Peter Brown descreve outra cultura, as pessoas “pediam ao céu que descesse sobre quem os usava”.⁴⁸

GOVERNANDO

Duas agências governamentais interferiam diretamente na vida dos participantes do comércio de alimentos: a câmara municipal e a equipe do governador-geral da capitania ou do presiden-

te da província subsequente. Nos tempos coloniais, os vereadores eram “homens bons”, escolhidos por “homens bons”, que o historiador Charles Boxer descreveu como “os respeitáveis — e respeitados”. Os contemporâneos não tinham dúvida alguma sobre quem correspondia a essa descrição, frustrando historiadores que tentam descobrir quais eram suas qualidades definidoras.⁴⁹ Não é de surpreender que 40% dos vereadores de Salvador, entre 1780 e 1821, tivessem ligações estreitas com a indústria açucareira, e outros 20% consistissem de comerciantes internacionais. Os trabalhadores não tinham voz direta. Depois que o Brasil ficou independente, um eleitorado surpreendentemente amplo passou a escolher os vereadores, e por consequência a composição da câmara mudou, mesmo que os pobres ainda não fossem eleitos. A historiadora Kátia Mattoso examinou a vida de 44 vereadores que exerceram o cargo de 1840 a 1872. Descobriu que vinte eram médicos e advogados, sete servidores públicos, quatro descritos simplesmente como proprietários de imóveis, um padre, um oficial militar, e só três comerciantes, restando oito cujas profissões não puderam ser identificadas.⁵⁰

Câmaras municipais tinham considerável autoridade. Não havia separação de poderes nos tempos coloniais, e as câmaras eram corpos legislativos e administrativos, além de servir como tribunais de recursos para casos menos importantes. Nomeavam funcionários, como os coletores de impostos, inspetores de pesos e medidas, juízes menores que aplicavam multas por violações de posturas municipais, e o pessoal do matadouro municipal. As câmaras municipais tinham amplas responsabilidades no que dizia respeito ao comércio de alimentos, pois estavam incumbidas de verificar se os alimentos eram salubres e em quantidades suficientes para ser vendidos a preços acessíveis.

O governador ou presidente, designado pelo governo em Lisboa ou, depois, no Rio de Janeiro, tinha autoridade, e com fre-

quência a usava, para contestar decisões da câmara. Depois da independência, a legislação nacional, em especial uma lei de 1828 e uma importante emenda constitucional de 1834, enfraqueceu as câmaras municipais, conferindo ao presidente de província, centralmente designado, poderes ainda maiores sobre a municipalidade. Poucos presidentes, porém, foram tão longe quanto José Egídio Gordilho de Barbuda, o visconde de Camamu, homem de formação militar que em 1829 castigou a câmara municipal por ter dito que cumpriria “a requisição deste governo”; ele disse aos vereadores que “o presidente da província não requisita, mas sim ordena a V. M^{ces}, e que a V. M^{ces} apenas cumpre desempenhar suas ordens”. Outros governadores agiam com mais circunspeção, talvez por se lembrarem de que um agressor desconhecido tinha baleado e assassinado o visconde de Camamu ainda no cargo.⁵¹ A realidade, não obstante, continuou a ser mais ou menos como ele a descreveu. As câmaras exerciam o poder dentro do espaço prescrito pelos executivos da província. De outro lado, como muitos dos presidentes permaneciam poucos meses no cargo, antes de ser substituídos por alguém que acabara de entrar em cena, a câmara municipal exercia sua autoridade recorrendo à procrastinação e à perseverança.

A autoridade do governador e da câmara municipal dependia, em última análise, de sua capacidade de assegurar o bem-estar “do povo”. A noção de que os de cima tinham responsabilidades para com os de baixo estava profundamente arraigada na mentalidade de moradores e autoridades de Salvador. Fora Deus, o rei ou imperador comandava o edifício inteiro, e era tido como sendo tão atencioso no que dizia respeito ao bem-estar de seu povo como qualquer pai no tocante à sua família. Em 1807, a câmara municipal de Salvador capturou o espírito que prevalecia na época referindo-se ao “zelo paternal com que S. A. R. procura promover a prosperidade de seus fiéis vassalos”. Depois da inde-

pendência, um presidente de província ressaltou que tomava certas medidas “para que o governo imperial sempre apareça como o Pai de todos os povos”.⁵²

Para todos aqueles que abasteciam Salvador de alimentos, a cidade oferecia contexto. Sua topografia, com uma cidade baixa e uma cidade alta, refletia o arranjo social. Seu ambiente visual, construído, dava-lhes identidade geográfica. Eles faziam suas classificações e eram classificados dentro de um mundo estratificado, mesmo quando buscavam melhorar sua posição social. Mais do que isso, as linhas que dividiam um grupo de outro e pareciam tão claras eram, na realidade, permeáveis, difusas, e mudavam constantemente. As diferenças de status que utilizo — negros/brancos, ricos/pobres, católicos/muçulmanos/politeístas, africanos/brasileiros/portugueses, escravos/livres, masculinos/femininos — têm exceções que ampliam e modificam as categorias. Relações flexíveis davam caráter e influenciavam sua cultura e eram por ela moldadas. De um lado, havia o entendimento geral sobre quais eram as regras, mesmo que algumas pessoas tivessem uma atitude diferente para com elas, esquivando-se delas ou subvertendo-as. De outro, havia costumes comuns, pressupostos morais comuns e noções comuns sobre o mundo que permeavam toda a sociedade. Pessoas com frequência divergiam sobre o que era certo e justo, mas, no geral, noções amplamente reconhecidas sobre o que era “normal” e “razoável” as mantinham unidas e contribuíam para a coesão.

O comércio de gêneros alimentícios oferece uma lente pela qual se pode examinar mais de perto o funcionamento de uma sociedade hierarquizada, as conexões e os conflitos entre seus estratos, a busca de identidade, a contestação de lugar e a vitalidade de empreendimentos comerciais. No comércio, as divisões sociais

se confundiam, e a interdependência emerge como uma constante. Vemos aqui a hierarquia em movimento: mais complexa, mais matizada, mais sujeita às circunstâncias do que qualquer generalização poderia sugerir. Vale a pena examinar mais detalhadamente esse comércio.